



Maestro Locadora de Veículos S.A.

Informações contábeis
intermediárias em
31 de março de 2013

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	12

Relatório da Administração

O primeiro trimestre de 2013 marcou importante retomada de margens e resultado para a Maestro em relação ao 4º trimestre de 2012, através da planejada diluição dos custos fixos de estrutura e aumento de eficiência operacional que seguiram o rápido e concentrado crescimento no último trimestre de 2012.

Nos primeiros três meses de 2013, a receita de aluguel de veículos atingiu R\$ 6.665 mil e de venda de usados totalizou R\$ 7.132 mil, aumentos de 5% e 19% respectivamente em relação à igual período do ano anterior. O total combinado, R\$ 13.797 mil, foi 12% maior que o alcançado no 1º Tri de 2012.

Com o crescimento da frota, aumento da produtividade e diluição de custos fixos, o EBITDA ajustado dos primeiros três meses de 2013 alcançou R\$ 2.917 mil, equivalente a 40,8% da receita líquida de aluguel. Este valor representa importante retomada em relação ao valor de 35,3% relativo ao ano de 2012, quando a margem foi fortemente afetada pelas despesas de estruturação de empresa e pelos custos associados aos novos carros em fase de preparação para clientes no final de 2012.

A formação do cálculo do EBITDA ajustado está apresentada a seguir (em R\$ mil):

Prejuízo do período de três meses findo em 31.03.2013	(592)
(-) Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(304)
(+) Despesas com juros	1856
(+) Depreciação	1612
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	134
(+) Provisão para ajuste ao valor recuperável	65
(+) Outras provisões	146
EBITDA ajustado	2917

As vendas de usados, nos canais atacado e varejo, tiveram performance dentro do esperado (e precificado) tanto em termos de volume como de margem. A manutenção da alíquota reduzida do IPI por mais seis meses (até dezembro ao invés de junho deste ano), afetou o resultado em aproximadamente R\$ 65 mil pela constituição de *impairment* adicional. A Maestro não projeta retomada do valor de venda dos usados mesmo após eventual aumento da alíquota de IPI e tem precificado seus contratos de forma consistente com esta premissa. Os resultados auferidos na venda de carros têm apresentado baixo desvio em relação ao projetado ao longo de vários meses, apesar das flutuações típicas deste mercado. O valor de mercado (FIPE) da frota da Maestro em 31/03/13 é de R\$ 78.249 mil, distribuída em 2.713 veículos, estando 2.408 (89%) efetivamente locados e gerando receita. O endividamento líquido por sua vez atingiu

R\$ 51.703¹ com a contratação de novas operações com prazo igual ou superior aos contratos com clientes.

Tanto a frota como a dívida têm evoluído *pari passu* e de forma previsível com o crescimento dos negócios da companhia.

Os contratos com clientes continuam apresentando prazos crescentes, tendo atingido a média de 27 meses em Mar/13.

Os resultados e indicadores alcançados no 1º Tri, dentro de um cenário competitivo e de mercado estáveis, corroboram a expectativa positiva para 2013, com crescimento rentável, operação eficiente e solidez financeira.

Neste contexto, os pilares fundamentais de diferenciação pelo atendimento ao cliente, disciplina de *pricing*, e monitoramento e avaliação permanente de riscos, estão consolidados como elementos de nossa cultura e garantirão que nosso crescimento continue a ser feito de forma responsável e sustentável financeiramente.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais apresentadas no relatório da administração, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

¹ O endividamento é formado pelos empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e consórcios registrados no passivo circulante e não circulante (totalizando R\$ 65.124) menos o saldo registrado como caixa e equivalentes de caixa (R\$ 13.421), gerando um valor líquido de R\$ 51.703.



KPMG Assurance Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia), em 31 de março de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

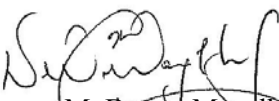
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Nós chamamos a atenção para o fato que as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2012, não foram revisadas ou auditadas por nós nem por outros auditores e estão sendo apresentadas unicamente para fins de comparabilidade. Dessa forma nós não expressamos nenhuma conclusão sobre elas.

São Paulo, 17 de maio de 2013

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2013	31/12/2012	Passivo	Nota	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.421	15.426	Fornecedores	12	3.001	6.099
Contas a receber de clientes	7	3.596	3.215	Empréstimos e financiamentos	13	28.155	22.528
Veículos em desativação para renovação da frota	8	1.699	1.975	Consórcios a pagar	14	1.231	1.953
Impostos a recuperar		823	871	Salários, encargos e contribuições sociais		247	326
Despesas antecipadas	9	2.547	316	Obrigações tributárias		-	56
Outras contas a receber		635	659	Outras contas a pagar		715	291
Total do ativo circulante		22.763	22.462	Total do passivo circulante		33.349	31.253
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	1.618	1.720	Empréstimos e financiamentos	13	35.554	35.651
Depósitos judiciais	15	18	5	Consórcios a pagar	14	184	232
Impostos diferidos	10	1.889	1.586	Provisão para contingências	15	23	23
Imobilizado	11	66.501	65.615	Total do passivo não circulante		35.761	35.906
Total do ativo não circulante		69.984	68.926	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(6.898)	(6.306)
Total do ativo		92.747	91.388	Total do patrimônio líquido		23.637	24.229
				Total do passivo e patrimônio líquido		92.747	91.388

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Receita líquida	17	13.797	12.323
Custos de locação de venda de veículos	18	<u>(10.653)</u>	<u>(8.979)</u>
Lucro bruto		<u>3.144</u>	<u>3.344</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	19	(2.230)	(1.758)
Outras receitas operacionais		<u>45</u>	<u>-</u>
		<u>(2.185)</u>	<u>(1.758)</u>
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e		<u>959</u>	<u>1.586</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	20	(2.025)	(1.408)
Receita financeiras	20	<u>170</u>	<u>294</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(1.855)</u>	<u>(1.114)</u>
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		<u>(896)</u>	<u>472</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>304</u>	<u>-</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u><u>(592)</u></u>	<u><u>472</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
(Prejuízo) lucro líquido do período	<u>(592)</u>	<u>472</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(592)</u></u>	<u><u>472</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	<u>30.535</u>	<u>(9.349)</u>	<u>21.186</u>
Lucro líquido do período (não revisado)	<u>-</u>	<u>472</u>	<u>472</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>30.535</u>	<u>(8.877)</u>	<u>21.658</u>
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>2.571</u>	<u>2.571</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>30.535</u>	<u>(6.306)</u>	<u>24.229</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(592)</u>	<u>(592)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>30.535</u></u>	<u><u>(6.898)</u></u>	<u><u>23.637</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do período	(592)	472
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	(304)	-
Depreciação	1.612	1.516
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	7.643	6.243
Encargos financeiros	1.860	1.386
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	134	-
Provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	65	-
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(413)	(1.538)
Aquisições de veículos, líquido de fornecedores (montadoras) e arrendamentos financeiros	(7.244)	(4.818)
Impostos a recuperar	48	(210)
Despesas antecipadas	(2.231)	(1.064)
Outras contas a receber	(11)	20
Fornecedores	(5.598)	714
Outras contas a pagar	289	(7)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(4.742)</u>	<u>2.714</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	<u>(163)</u>	<u>(142)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(163)</u>	<u>(142)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	10.945	339
Amortização de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e consórcios	(6.354)	(6.285)
Juros pagos	<u>(1.691)</u>	<u>(1.265)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>2.900</u>	<u>(7.211)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.005)</u>	<u>(4.639)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	15.426	15.426
No fim do período	<u>13.421</u>	<u>10.787</u>
	<u>(2.005)</u>	<u>(4.639)</u>
Atividades que não afetaram o caixa		
Aquisições de veículos e outros ativos imobilizados com assunção direta do passivo ou por meio de arrendamento financeiro	2.500	1.517

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias pelo Conselho de Administração ocorreu em 10 de maio de 2013.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Novos CPCs e Interpretações do ICPC

Além dos pronunciamentos divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em vigor desde 1º de janeiro de 2013, até a data de 31 de março de 2013 não foram emitidos novos pronunciamentos técnicos pelo CPC. Logo, não tiveram efeito para o período findo em 31 de março de 2013.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Nota 8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material neste próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Impostos diferidos
- Nota 11 - depreciação, vida útil e valor residual da frota; e
- Notas 15 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 31 de março de 2013 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/03/2013	31/12/2012
Veículos ²	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Rede de telefonia	5 anos	5 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

c. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

d. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

² A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 32), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita líquida operacional

i. Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

ii. Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

g. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor

igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício e do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que

levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das informações contábeis intermediárias, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referencia a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado

5 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. *Risco de mercado*

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. Em 31 de março de 2013, 62% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

c. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

d. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012
Total do passivo circulante e não circulante	69.110	67.159
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.421)</u>	<u>(15.426)</u>
	<u>55.689</u>	<u>51.733</u>
Total do patrimônio líquido	<u>23.637</u>	<u>24.229</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	236%	214%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do período/exercício:

	31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(65.124)	(60.364)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>13.421</u>	<u>15.426</u>
Exposição líquida	<u><u>(51.703)</u></u>	<u><u>(44.938)</u></u>

e. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	4.164	101
Aplicações financeiras	<u>9.257</u>	<u>15.325</u>
	<u><u>13.421</u></u>	<u><u>15.426</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do

Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C) e são concentradas em bancos de 1º linha, classificadas pelas principais agências de *rating*.

7 Contas a receber de clientes

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Locação de veículos	3.736	3.365
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(140)</u>	<u>(150)</u>
	<u><u>3.596</u></u>	<u><u>3.215</u></u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/03/2013	31/12/2012
À Vencer	2.778	2.480
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	535	516
De 61 a 90 dias	25	24
De 91 a 180 dias	117	50
Acima de 180 dias	<u>281</u>	<u>295</u>
	<u><u>3.736</u></u>	<u><u>3.365</u></u>

Durante o exercício de 2013 foi revertida uma provisão no valor de R\$ 10 mil para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2012	(150)
Reversão da provisão	10
Constituição da provisão	<u>-</u>
Saldo em 31/03/2013	<u><u>(140)</u></u>

	31/03/2013	31/12/2012
Não circulante		
Locação de veículos	2.929	2.887
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.311)</u>	<u>(1.167)</u>
	<u>1.618</u>	<u>1.720</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/03/2013	31/12/2012
À vencer	4	24
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	56	128
De 61 a 90 dias	6	122
De 91 a 180 dias	241	279
Acima de 180 dias	<u>2.622</u>	<u>2.334</u>
	<u>2.929</u>	<u>2.887</u>

O contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base desse relatório.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Desta forma, foi constituída provisão durante o período até março de 2013 de R\$ 144 mil, para os títulos vencidos acima de 180 dias (aplicando-se 50% do saldo) e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber classificadas no ativo não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2012	(1.167)
Reversão da provisão	-
Constituição da provisão	<u>(144)</u>
Saldo em 31/03/2013	<u>(1.311)</u>

8 Veículos em desativação para renovação da frota

	31/03/2013	31/12/2012
Veículos	1.822	2.076
Provisão para perda do valor recuperável	<u>(123)</u>	<u>(101)</u>
	<u>1.699</u>	<u>1.975</u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Em junho de 2012, após a medida provisória que reduziu o IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas no mês de outubro, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 6,7% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em março de 2013, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 123.

9 Despesas antecipadas

	31/03/2013	31/12/2012
IPVA/DPVAT/Licenciamento	1.741	-
1º emplacamento	739	312
Outros	<u>67</u>	<u>4</u>
	<u>2.547</u>	<u>316</u>

As despesas antecipadas com IPVA, DPVAT e Licenciamento são despesas incorridas no início do exercício e que são apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses, ou imediatamente quando ocorrer a baixa do veículo.

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

10 Impostos diferidos

A Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconhece em suas informações contábeis intermediárias o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social.

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base Negativa de IRPJ e CSLL	8.091	-	8.091	6.877	-	6.877
Ajuste de Arrendamento Mercantil	-	(2.519)	(2.519)	-	(2.009)	(2.009)
Ajuste de depreciação	-	(4.325)	(4.325)	-	(3.857)	(3.857)
Outras adições temporárias	642	-	642	575	-	575
Totais	<u>8.733</u>	<u>(6.844)</u>	<u>1.889</u>	<u>7.452</u>	<u>(5.866)</u>	<u>1.586</u>

A Companhia está demonstrando os saldos de impostos diferidos de maneira líquida no balanço patrimonial nos períodos comparativos.

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2013 é de R\$ 304.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	31/03/2013
Ativo não circulante	
Outras diferenças temporárias	199
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	<u>3.572</u>
	<u>3.771</u>
Passivo não circulante	
Ajuste de depreciação	(1.376)
Ajuste de arrendamento Mercantil	<u>(1.499)</u>
	<u>(2.875)</u>
Total	<u>896</u>
Alíquota imposto de renda (25%)	224
Alíquota contribuição social (9%)	<u>80</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	<u><u>304</u></u>

Em 31 de março de 2012 não houve registro de imposto de renda e contribuição social corrente ou diferidos. Por essa razão está sendo demonstrado acima somente os efeitos de 31 de março de 2013.

11 Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2012		31/03/2013			
	Saldos	Adições	Baixas	Transfer. contra veículos	Transfer. para renovação ³	Total
Veículos operacionais	55.345	-	(311)	21.074	(9.069)	67.039
Equipamentos de informática e telefonia	146	-	-	-	-	146
Máquinas e equipamentos	217	163	-	-	-	380
Móveis e utensílios	73	-	-	-	-	73
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias	136	-	-	-	-	136
Imobilizações em curso	<u>17.399</u>	<u>9.744</u>	<u>-</u>	<u>(21.074)</u>	<u>-</u>	<u>6.069</u>
	<u>73.343</u>	<u>9.907</u>	<u>(311)</u>	<u>-</u>	<u>(9.069)</u>	<u>73.870</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	V.U. ⁴	31/12/2012		31/03/2013		
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. renovação ⁵	Total
Veículos operacionais	2-3	(7.298)	(1.612)	23	1.991	(6.896)
Equipamentos de informática e telefonia ⁶	5-10	(11)	-	-	-	(11)
Máquinas e equipamentos	10	(1)	-	-	-	(1)
Móveis e utensílios	10	(11)	-	-	-	(11)
Móveis em arrendamento	10	-	-	-	-	-
Benfeitorias	10	(4)	-	-	-	(4)
Imobilizações em curso	10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(7.325)</u>	<u>(1.612)</u>	<u>23</u>	<u>1.991</u>	<u>(6.923)</u>
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos		<u>(403)</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(446)</u>
Imobilizado líquido		<u>65.615</u>	<u>8.255</u>	<u>(288)</u>	<u>(7.118)</u>	<u>66.501</u>

Para os veículos em término de contrato ou com expectativa de término durante o exercício de 2013, (344 veículos com valor atualizado de R\$6.765), a Companhia realizou análise de redução ao valor recuperável, em função da redução do IPI. Esta análise respeitou a expectativa da data de retorno do veículo a Companhia para disponibilizá-lo para venda e a expectativa de data de venda do veículo, e resultou em uma provisão no montante de R\$446, ou 6,6% do valor atualizado da frota analisada.

³ Transferência de desativação para renovação de frota

⁴ V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

⁵ Transferência de desativação para renovação de frota

⁶ Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de Telefonia e 10 para equipamentos de informática.

12 Fornecedores

	31/03/2013	31/12/2012
Montadoras	2.500	5.454
Fornecedores diversos	501	645
	3.001	6.099

13 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia no período 2013/2012 está resumido nos quadros abaixo:

31 de março de 2013								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	254	357	611	1
Giro (Pré)	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2016	13.587	16.878	30.465	47
		0,3105 a.m +						
Giro (Pós)	R\$	CDI	0,44 a.m + CDI	2016	9.616	12.805	22.421	35
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	4.476	4.834	9.310	14
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,32 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	856	1.013	1.868	3
					<u>28.789</u>	<u>35.887</u>	<u>64.676</u>	<u>100</u>
Despesa antecipada s/ empréstimo					<u>(634)</u>	<u>(333)</u>	<u>(967)</u>	
Total					<u>28.155</u>	<u>35.554</u>	<u>63.709</u>	

31 de dezembro de 2012								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,33 a.m	1,35 a.m	2016	241	446	687	1
Giro (Pré)	R\$	0,96 a.m	1,31 a.m	2015	12.764	18.951	31.715	54
		CDI + 0,30	CDI + 0,34					
Giro (Pós)	R\$	a.m.	a.m.	2015	4.724	8.645	13.369	23
Leasing (Pré)	R\$	0,99 a.m	1,33 a.m	2016	4.562	6.723	11.285	19
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m	CDI + 0,32 a.m	2016	816	1.219	2.035	3
					<u>23.107</u>	<u>35.984</u>	<u>59.091</u>	<u>100</u>
Despesa antecipada s/ empréstimo					<u>(579)</u>	<u>(333)</u>	<u>(912)</u>	
Total					<u>22.528</u>	<u>35.651</u>	<u>58.179</u>	

Em 31 de março de 2013, com exceção da linha de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Combinados empréstimos, financiamentos e consórcios (vide nota 13) compõe a dívida bruta de R\$66.091 em março de 2013 (R\$60.364 em dezembro de 2012).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 31 de

março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta cláusula de restrições, “covenants”.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, 38% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31/03/2013, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 7,5%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	7,25%	9,06%	10,88%
Variação em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(24.289)	(24.729)	(25.171)
Aplicações indexadas ao CDI	9.257	9.425	9.593
Efeito líquido patrimonial	(15.032)	(15.304)	(15.578)
Efeito líquido no resultado	-	(272)	(546)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 20.

14 Consórcios a pagar

	31/03/2013	31/12/2012
Circulante	1.231	1.953
Não circulante	184	232
	1.415	2.185

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31/03/2013
2014	184
	184

Em 31 de março de 2013, a Maestro possuía em seu balanço 320 veículos financiados pela modalidade de consórcio (403 veículos em 31 de dezembro de 2012), cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e

11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 24.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 de todas as cotas era de R\$ 1.415 com prazo de vencimento médio de 23 meses.

15 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Contingências cíveis	<u>23</u>	<u>23</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de março é de R\$ 553 (R\$ 553 em 31 de dezembro de 2012) e estes processos estão relacionados a causas cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 5 em 31 de março de 2013 (18 em 31 de dezembro de 2012).

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/12	Constituição	Reversões	Saldos em 31/03/13
Cíveis	23	-	-	23
Depósitos judiciais	<u>(5)</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>
	<u>18</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
			Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012			23	23
Provisões constituídas durante o período			-	-
Provisões utilizadas / revertidas no período			<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2013			<u>23</u>	<u>23</u>

16 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Quotistas	Ações integralizadas	Capital subscrito
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes		
<i>Stratus Fleet</i>	780.687	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	27.220	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	<u>340.246</u>	<u>405</u>
	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

17 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Locação de veículos	6.665	6.318
Venda de veículos	<u>7.132</u>	<u>6.005</u>
Total da receita líquida	<u>13.797</u>	<u>12.323</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Receita bruta	14.476	12.155
Menos		
Impostos sobre vendas	(678)	168
Devoluções	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Total receita líquida	<u>13.797</u>	<u>12.323</u>

18 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Custos de manutenção	(1.440)	(1.369)
Custos com depreciação	(1.634)	(1.367)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	(65)	-
Custos dos veículos vendidos	<u>(7.514)</u>	<u>(6.243)</u>
	<u>(10.653)</u>	<u>(8.979)</u>

19 Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Despesas gerais	(1.114)	(727)
Despesas com pessoal	(1.116)	(1.031)
Outras despesas (receitas) operacionais	<u>45</u>	<u>-</u>
	<u>(2.185)</u>	<u>(1.758)</u>

20 Resultado financeiro

Receitas financeiras	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Receitas de aplicações financeiras	170	277
Juros ativos	<u>-</u>	<u>17</u>
Total	<u>170</u>	<u>294</u>
Despesas financeiras	31/03/2013	31/03/2012 (Não revisado)
Juros passivos	(1.856)	(1.283)
Descontos concedidos	-	(7)
Despesas bancárias e IOF	(169)	(14)
Taxa de administração de Consórcio	<u>-</u>	<u>(104)</u>
Total	<u>(2.025)</u>	<u>(1.408)</u>

21 Partes relacionadas

No 1º trimestre de 2013, a remuneração total dos Administradores foi de R\$234 mil (R\$197 mil no 1º trimestre de 2012), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período do exercício e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

22 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações contábeis intermediárias foi:

	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	13.421	15.426
Contas a receber de clientes	5.214	4.935
Outras contas a receber	<u>635</u>	<u>659</u>
	<u>19.270</u>	<u>21.020</u>

Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivo financeiro não derivativo	31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	65.124	60.364
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>3.716</u>	<u>6.390</u>
	<u>68.840</u>	<u>66.754</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2013:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	65.124	34.005	29.912	12.322	76.239
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>3.716</u>	<u>3.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.716</u>
	<u>69.092</u>	<u>37.721</u>	<u>29.912</u>	<u>12.322</u>	<u>79.955</u>

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	13.421	13.421	15.426	15.426
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	5.214	5.214	4.935	4.935
Outros contas a receber	635	635	659	659
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	65.124	65.124	60.364	60.364
Fornecedores	3.001	3.001	6.009	6.009
Outras contas a pagar	715	715	291	291

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 5.

Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber Taxa Pre	A pagar	Valor de referência Notional	Valor de mercado
Swap	Empréstimo	14/09/2015	9,082% a.a.	CDI + 4,245%a.a.	4.592	4.656

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

O valor justo de opção de swap de taxa de juros é baseada nas cotações de bancos. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

Os efeitos das operações de swap no resultado do período findo em 31.03.2013 foi uma despesa de R\$21 mil e estão contabilizadas na rubrica de despesas financeiras como despesas bancárias.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para seus bens sujeitos a riscos, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Como as premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações contábeis intermediárias, elas não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Uma vez que os contratos de terceirização preveem cobertura de danos materiais e pessoais à terceiros para cada veículo locado, foi feita a contratação de apólice de seguro, nos valores de R\$ 50 para danos materiais e R\$ 100 para danos pessoais para cobertura de eventuais indenizações à terceiros advindas destes contratos de terceirização.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa
Contador CRC RJ-098261/O-8